Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

01/11/2013

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS
   1.1. DECISÕES..... 1
   1.2. PRESIDÊNCIA..... 2 - 3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. EVENTOS..... 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 5
   3.2. EVENTOS..... 6
   3.3. PRESIDÊNCIA..... 7 - 8
   3.4. TJ-MA 200 ANOS..... 9
4. JORNAL EXTRA
   4.1. DECISÕES..... 10 - 11
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. DECISÕES..... 12
   5.2. PRESIDÊNCIA..... 13
   5.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO..... 14
6. JORNAL O IMPARCIAL
   6.1. DESEMBARGADORES..... 15
   6.2. PRESIDÊNCIA..... 16
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. COMARCAS..... 17
   7.2. DECISÕES..... 18 - 19
   7.3. DESEMBARGADORES..... 20
   7.4. EXECUÇÕES PENAIS..... 21
   7.5. PRESIDÊNCIA..... 22
   7.6. PUBLICIDADE LEGAL..... 23
   7.7. SELETIVOS..... 24
   7.8. SEMANA DA CONCILIAÇÃO..... 25
   7.9. TJ-MA 200 ANOS..... 26 - 28
   7.10. VARAS CRIMINAIS..... 29

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça manda soltar adolescente suspeito de matar Daniel Smith

O adolescente H.P. supostamente envolvido no homicídio do empresário e paisagista Daniel Smith, assessor do Tribunal de Justiça do Maranhão, teve a internação provisória revogada na terça-feira (29). A decisão é do juiz José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da capital.

Ela foi tomada após audiência da qual participaram os menores H. P. e M. R. D. Esse último, quando apreendido, confessou ter praticado o homicídio, citando a participação de outro menor. O objetivo foi a acareação entre os dois para que o primeiro fizesse o reconhecimento do segundo.

Segundo o magistrado, antes da acareação, M. R. D. foi ouvido e negou que o menor H.P. e D. fossem a mesma pessoa, o que culminou com a dispensa da acareação entre as partes.

No termo de declaração assinado por M. R. D., na ocasião da audiência, o acusado afirma "nunca ter visto H. P. em sua vida". Ainda no termo, ele garante que D. seria alto, moreno e maior do que o menor apreendido. M. R. D. também diz não saber se D. já morreu.

No fim da audiência, o magistrado José dos Santos Costa determinou a expedição do Alvará Liberatório de H.P., bem como a "ampla divulgação de que o referido adolescente não se trata da mesma pessoa que participou da morte de Daniel Smith".

Além dos menores H.P. e M. R. D., participaram da audiência para acareação o representante do Ministério Público, Raimundo Nonato Cavalcante, o defensor público Marcos Barbosa Carvalho e o advogado do menor, Evandro Soares da Silva Júnior.

ENTENDA O CASO - O empresário Daniel Prado Smith, de 55 anos, foi sequestrado pelos criminosos no dia 4 de setembro deste ano, e o corpo foi encontrado no dia seguinte, por policiais militares e uma equipe da Superintendencia Estadual de Investigação Criminal (SEIC), em um matagal próximo a uma escola, no Altos do Calhau. O veículo da vítima, modelo Corola, de placa HOZ-1888, foi localizado no bairro do Araçagi. A polícia conseguiu prender os quatro suspeitos do crime.

Um adolescente de 17 anos confessou ser o autor dos disparos que matou o empresário e paisagista anos. A polícia chegou ao menor por meio do rastreamento telefônico da vítima, que estava em poder do assassino confesso.

De acordo com as investigações, também foi preso Jonathan João Nunes, de 19 anos. Fora os dois, Gilvanilson Santos, conhecido como Pato, acabou sendo alvejado durante troca de tiros com a polícia.

Gilvanilson, segundo a polícia, era chefe do tráfico de drogas e fazia parte - juntamente com mais 20 bandidos - de organização criminosa, da área da Vila Conceição, na região do bairro Altos do Calhau, em São Luís. A quadrilha é especializada em assaltos a residências.

Segundo a polícia, eles

Paisagista Daniel Prado Smith tinha 55 anos

usaram o carro da vítima para assaltar uma residência no bairro Araçagi, na quarta-feira (4), onde abandonaram o veículo de Daniel. De lá, seguiram em outro carro, também abandonado, desta vez, na Vila Isabel, próximo ao bairro Anjo da Guarda.

ASSASSINADOS - Três supostos envolvidos na morte do empresário Daniel Smith foram assassinados. Eduardo Pedro Melonio, Marcelo Henrique Silva, o "Marcelinho", de 25 anos e Gilvanilson Santos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargadores elogiam postura de Guerreiro Jr. na presidência do TJ

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargadores elogiam postura de Guerreiro Júnior na presidência do TJMA

Os desembargadores Jorge Rachid e José Luiz Almeida afirmaram que a humildade, senso de Justiça, tolerância e a sensatez do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ficarão gravadas para sempre na história da Corte.

Para os dois magistrados, Guerreiro Júnior tem mantido uma postura equilibrada no exercício do cargo mostrando capacidade administrativa, liderança e respeito à magistratura maranhense.

Jorge Rachid frisou que todo líder deve deixar sua marca de competência, razão pela qual o trabalho de Guerreiro Júnior como presidente da Corte jamais será esquecida. "O senhor aprendeu a ser feliz, ser humilde, e está nos passando este bom exemplo, valorizando magistrados, servidores e assessores diretos. Líder é aquele que leva ao pódio a sua equipe", ressaltou Rachid em sessão plenária nessa quarta-feira.

Ex-corregedor-geral da Justiça e ex-presidente do TJMA, Rachid disse que Guerreiro Júnior é merecedor de todo sentimento de gratidão, de amizade e de tudo o que uma pessoa pode externar de mais positivo para outra. "Sua gestão nos deixará um legado de honradez, ética e companheirismo. É um presidente justo, correto, íntegro que ficará sempre em nossa memória", salientou.

O desembargador José Luiz Almeida ressaltou que na presidência do Tribunal, Guerreiro Júnior demonstra como poucos as qualidades de um democrata, usando uma de suas principais características mais aventadas pelos magistrados, que é a humildade.

"Sua postura será sempre exaltada pela humildade, pois cumpre o seu dever, respeitando o direito dos membros do colegiado. É um homem simples, que se agiganta pela humildade e pela capacidade de saber se conduzir com equilíbrio no poder. Nem os percalços que o cargo impõe tiraram a sua cordialidade com os membros da Corte. É um exemplo de vida", afirmou Almeida.

Após as manifestações dos colegas magistrados, Guerreiro Júnior afirmou que no exercício do cargo de presidente da Corte busca servir à magistratura, ajudando o Tribunal a trabalhar unido em prol do interesse público e dos jurisdicionados, mantendo sempre viva a virtude da humildade, a esfera de comunhão e de elevado espírito público, sendo transparente, aberto ao diálogo e acessível a todos.

"Administro o tribunal da forma mais harmônica possível, agregando ideias, ouvindo todos, decidindo para o bem de todos e agindo dentro da prudência. Agradeço profundamente as manifestações de aprovação a minha gestão, pois sei que todas elas são sinceras e espontâneas. Agradeço também a atuação exemplar dos colegas magistrados cujo o comprometimento vem trazendo resultados positivos ao trabalho em defesa da cidadania e da Justiça", assinalou Guerreiro Júnior.

Guerreiro Júnior

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TELEFONIA

Assembleia realizará Seminário do setor no MA

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel e Fixa do Maranhão, presidida pelo deputado Zé Carlos (PT), realizará no dia 28 de novembro, na Assembleia Legislativa, o I Seminário da Telefonia Móvel e Fixa do Maranhão.

O evento contará com as palestras da promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcante, do gerente do Procon, Kleber Moreira, e do deputado estadual do Rio Grande do Sul, Hernani Pólo.

O objetivo do seminário é apresentar o atual cenário dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel e fixa, especificamente no Maranhão, bem como debater a respeito do comportamento do consumidor diante da má qualidade na prestação de serviço das operadoras.

Além disso, durante o seminário, será debatido, a partir de quatro eixos centrais, os principais problemas da telefonia no Maranhão, contribuindo, assim, para o relatório final da CPI da Telefonia.

Estão convidados a participar do evento os seguintes órgãos maranhenses: Poder Judiciário; Ministério Público Estadual (MPE); Ministério Público Federal (MPF); Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem); Associação de Magistrados do Maranhão (Amma); Associação do Ministério Público; Procon; Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Maranhão (OAB-MA); Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema); Associação Comercial do Maranhão; Instituições de Ensino Superior e as empresas de telefonia.

O seminário será aberto ao público e concederá certificado aos participantes. As inscrições podem ser feitas através do portal da Assembleia Legislativa http://www.al.ma.gov.br/cpiinscricao.php e da fanpage do facebook do deputado Zé Carlos www.facebook.com/josecarlosnunes.junior.10?fref=ts

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Casamento comunitário

fotografia@mirante.com.br

Divulgação

GOVERNADOR NUNES FREIRE - O Município de Governador Nunes Freire viveu um momento histórico na noite da última quinta-feira. Cento e trinta e três casais oficializaram seu matrimônio no casamento comunitário. O evento foi realizado na Praça da Cultura. O Casamento Comunitário é um projeto da Corregedoria Geral da Justiça e a promoção é do Fórum da Comarca de Governador Nunes Freire em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Cartório do Ofício Único. O prefeito de Governador Nunes freire, Marcel Curió, disse que o momento era importante. A Secretaria de Assistência Social serviu um lanche para os casais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CPI realizará seminário sobre telefonia

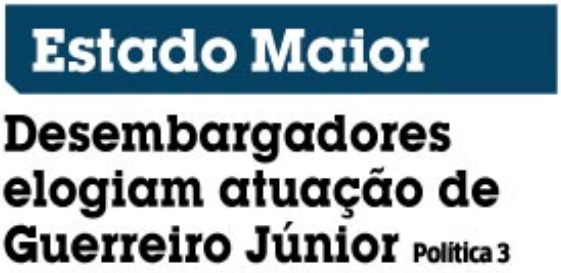
A Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel e Fixa do Maranhão, presidida pelo deputado Zé Carlos (PT), realizará no dia 28 de novembro, na Assembleia Legislativa, o *I Seminário da Telefonia Móvel e Fixa do Maranhão.*

O evento contará com as palestras da promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcante, do gerente do Procon, Kleber Moreira, e do deputado estadual do Rio Grande do Sul Hernani Pólo.

O objetivo do seminário é apresentar o atual cenário dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel e fixa, especificamente no Maranhão, bem como debater a respeito do comportamento do consumidor diante da má qualidade na prestação de serviço das operadoras.

Durante o seminário, serão debatidos, a partir de quatro eixos centrais, os principais problemas da telefonia no Maranhão Estão convidados a participar do evento o Poder Judiciário; Ministério Público estadual e federal; Famem; Amma; Ampem, OAB-MA e Procom, além das operadoras de telefonia móvel e fixa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Desembargadores elogiam atuação de Guerreiro Júnior

Política 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Estado maior

Elogios a Guerreiro Júnior

A sessão plenária de quarta-feira do Tribunal de Justiça foi marcada por manifestações de reconhecimento ao desempenho do presidente Guerreiro Júnior, cujo mandato terminará em dezembro. Os desembargadores Jorge Rachid e José Luiz Almeida afirmaram que a humildade, o senso de justiça, o equilíbrio, a tolerância e a sensatez do presidente ficarão gravados para sempre na história da Corte.

Jorge Rachid frisou que o trabalho de Guerreiro Júnior como presidente da Corte jamais será esquecido. "O senhor aprendeu a ser feliz, ser humilde, e está nos passando este bom exemplo, valorizando magistrados, servidores e assessores diretos", assinalou. Ex-presidente e ex-corregedor do TJ, Rachid disse que Guerreiro Júnior é merecedor de todo sentimento de gratidão. "Sua gestão nos deixará um legado de honradez, ética e companheirismo. É um presidente justo, correto, íntegro que ficará sempre em nossa memória", salientou.

O desembargador José Luiz Almeida, que não costuma fazer concessões ou elogios, ressaltou que na presidência do Tribunal, Guerreiro Júnior tem mostrado as qualidades de um democrata, usando uma de suas principais características mais aventadas pelos magistrados, que é a humildade. "Sua postura será sempre exaltada pela humildade, pois cumpre o seu dever, respeitando o direito dos membros do colegiado. É um homem simples, que se agiganta pela humildade e pela capacidade de saber se conduzir com equilíbrio no poder. Nem os percalços tiraram a sua cordialidade com os membros da Corte", afirmou Almeida.

Após as manifestações dos colegas magistrados, Guerreiro Júnior declarou: "Administro o tribunal da forma mais harmônica possível, agregando ideias, ouvindo todos, decidindo para o bem de todos e agindo dentro da prudência. Agradeço profundamente as manifestações, pois sei que todas elas são sinceras e espontâneas".

As manifestações invocando a seriedade, dedicação, coerência, humildade de Guerreiro foram reforçadas pelos demais membros da Corte.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA celebrará bicentenário com entrega da "Medalha 200 Anos"

Evento do Tribunal de Justiça do Maranhão acontecerá na próxima segunda-feira, às 19h, no Centro de Convenções de São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão celebra, com solenidade segunda-feira (4), às 19h, no Centro de Convenções de São Luís, a passagem do aniversário de 200 anos de instalação da corte estadual. O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, vai dirigir a solenidade e proferir o discurso de abertura aos homenageados e demais convidados.

Cerca de 700 autoridades civis, militares e religiosas, personalidades e servidores do Poder Judiciário serão homenageados durante a solenidade, com a entrega da "Medalha 200 Anos", comemorativa do bicentenário. Cada desembargador do colegiado indicou cinco nomes para receber a comenda.

A medalha especial foi instituída em sessão administrativa do colegiado, como parte das comemorações alusivas à passagem do aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, a terceira corte de Justiça estadual mais antiga do país, ocorrida em 4 de novembro de 1813.

Documentos históricos, livros, fotografias, documentário e peças do acervo histórico do Poder Judiciário que enfocam fatos do passado e do presente sobre a atuação do Tribunal de Justiça estarão expostos à visitação pública na entrada do auditório. O material da mostra também exibe folders, revistas e outras peças publicitárias produzidas sobre a temática dos 200 anos do TJ.

O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, informou que a Medalha 200 anos é "única e especial", por ter sido confeccionada, exclusivamente, para as homenagens em torno do aniversário do Tribunal.

Divulgação

Medalha que marca os 200 anos de instalação da corte estadual

"Autoridades importantes do Executivo, do Legislativo estadual e da Justiça serão homenageadas com a medalha, que também será entregue a servidores e pessoas simples da comunidade", destacou o presidente do TJMA.

A solenidade encerrará, oficialmente, a programação comemorativa do bicentenário, que foi iniciada em maio de 2012, com a instituição de uma comissão organizadora para planejar e executar as atividades do aniversário, sob a presidência do desembargador Lourival Serejo.

Dentre as atividades realizadas nos dois anos de atividade, a comissão lançou concurso público de redação para estudantes, selo e carimbo postais, ciclo de palestras da magistratura nas escolas, peças publicitárias de divulgação do bicentenário e exposição.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Deputado critica Ministério Público Estadual por não investigar governo

O líder do Bloco Parlamentar de Oposição (BPO), deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB), criticou, na sessão desta quinta-feira (31), o Ministério Público Estadual por não investigar as denúncias que foram feitas contra o Governo do Estado. O parlamentar disse que na esfera federal o Ministério Público vem atuando de forma firme, mas no Estado, o MPE vê apenas as representações feitas contra gestores da oposição.

"Infelizmente, salvas raras exceções, o Ministério Público do Maranhão é caolho, só olha pra um lado, só olha com um olho, e só olha pra cima da oposição. Quando é contra a oposição, é diligente, é célere, exige o cumprimento da coisa pública e quando é com o outro olho não vê nada, nada acontece, não sabe de nada: 'estou avaliando, estou aguardando, estou analisando'", afirmou.

De acordo com o líder do BPO, são inúmeros fatos que comprovam o imobilismo do Ministério Público Estadual, quando é para investigar denúncias contra o Governo do Estado, e um exemplo é a representação que todos os deputados de oposição fizeram em relação aos convênios fantasmas. "Associação fantasma, empresa de fachada, obra inexistente, pagamento fora do Portal da Transparência, representação na gaveta do Ministério Público do Maranhão. Na gaveta; não aconteceu nada com a representação", enfatizou.

Rubens Júnior disse que o que fizeram com o deputado Raimundo Cutrim, agora filiado ao PCdoB, "é um ato típico de perseguição". O líder do BPO garantiu que o deputado Cutrim estava certo e o Tribunal de Justiça assim o reconheceu. Outro caso é que a Procuradoria Geral da República, no recurso contra a expedição do diploma da governadora Roseana Sarney, "afirma de forma categórica que a eleição de 2010 foi viciada, mas o Ministério Público do Maranhão não fez absolutamente nada".

Segundo o deputado do PCdoB, existem inúmeros outros exemplos em que o Ministério Público do Maranhão só olha para cima da oposição, como ao não denunciar os secretários Fernando Fialho e Ricardo Murad, este que fez até dispensa de licitação de quase dois bilhões de reais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Empresários e policiais do MA e PA são alvos da "Operação Mercenários"

Uma operação envolvendo as polícias judiciárias dos estados do Maranhão e do Pará foi deflagrada na quarta-feira (30), na Região Tocantina, aonde foram cumpridos pelo menos parte dos mandados de prisão e apreensões, expedidas pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca, da Justiça do Maranhão.

Intitulada de "Operação Mercenários", foram expedidos cerca de oito mandados apenas de prisão. Três policiais militares foram presos, dois em Imperatriz e um na cidade de Açailândia.

Também um empresário do ramo de venda de veículos foi preso na cidade de Imperatriz. Outros alvos da operação também estão sendo procurados nos dois estados. Os trabalhos de investigação já dura cerca de dois anos, e se concentram praticamente nas cidades maranhenses de Imperatriz, Itinga e Açailândia, e ainda, em Dom Elizeu, esta no Estado do Pará.

De acordo com as investigações, o grupo é suspeito de envolvimento e responsável em vários crimes de encomenda na região, principalmente de homicídios. Segundo o que foi apurado, os empresários contratavam os criminosos, e policiais executavam. O trabalho da "Operação Mercenário" foi coordenado pelo delegado Regional de Imperatriz, Assis Ramos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SÃO LUÍS

Justiça determina internação de adolescente viciado em crack

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça mantiveram a determinação da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís para que o Estado do Maranhão proceda à internação compulsória de um adolescente viciado em crack, após a mãe ter ajuizado o pedido por meio da Defensoria Pública do Estado (DPE). O Estado deve internar o paciente durante 180 dias na Clínica São Francisco ou outra unidade de tratamento para dependentes químicos e, em sua falta, em clínica particular do Maranhão e, não havendo, de outro estado do país, sob pena de multa diária de R$ 1 mil.

No pedido em nome do filho, a mãe idosa informou que ele seria usuário de crack, prática que tornou seu comportamento agressivo e violento, chegando a furtar objetos de casa e a ameaçar familiares para conseguir dinheiro. Ela alegou não ter condições financeiras de custear o tratamento, ingressando judicialmente para que o Estado proceda à internação.

O Estado recorreu pedindo a suspensão da decisão, alegando impossibilidade do pedido pela ausência de vontade do paciente, o que implicaria em restrição de sua liberdade em forma de punição, o que somente deveria se dar por meio de apuração da prática de crime. Argumentou ainda que esse dever seria exclusivamente do Município de São Luís, e que ao Estado faltariam recursos financeiros para a internação.

ALEGAÇÕES REFUTADAS - O relator do recurso, desembargador Kléber Costa Carvalho, não considerou válidas as alegações do Estado, destacando que a internação compulsória é medida respaldada tanto na Lei de Drogas (11.343/06) quanto na Lei 10.216/01, que trata da proteção e direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Ele considerou demonstrada a condição clínica do paciente e a necessidade de internação para o tratamento do vício, reputando a tese de responsabilidade exclusiva ou preferencial do Município, ressaltando que a Constituição Federal atribui ao Poder Público esse papel e o direito universal à saúde. "Em razão de seu caráter fundamental, essencial e inestimável, intrínseca e umbilicalmente ligado ao direito à vida, o direito à saúde deve ser promovido por todos os entes da Federação solidariamente", frisou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

RECONHECIMENTO

Os desembargadores Jorge Rachid e José Luiz Almeida afirmaram que a humildade, senso de Justiça, tolerância e a sensatez do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ficarão gravadas para sempre na história da Corte. Para os dois magistrados, Guerreiro Júnior tem mantido uma postura equilibrada no exercício do cargo mostrando capacidade administrativa, liderança e respeito à magistratura maranhense. Jorge Rachid frisou que todo líder deve deixar sua marca de competência, razão pela qual o trabalho de Guerreiro Júnior como presidente da Corte jamais será esquecida. "O senhor aprendeu a ser feliz, ser humilde, e está nos passando este bom exemplo, valorizando magistrados, servidores e assessores diretos. Líder é aquele que leva ao pódio a sua equipe", ressaltou Rachid em sessão plenária nessa quarta-feira (30).

GRATIDÃO

Após as manifestações dos colegas magistrados, Guerreiro Júnior afirmou que no exercício do cargo de presidente da Corte busca servir à magistratura, ajudando o Tribunal a trabalhar unido em prol do interesse público e dos jurisdicionados, mantendo sempre viva a virtude da humildade, a esfera de comunhão e de elevado espírito público, sendo transparente, aberto ao diálogo e acessível a todos. "Administro o tribunal da forma mais harmônica possível, agregando ideias, ouvindo todos, decidindo para o bem de todos e agindo dentro da prudência. Agradeço profundamente as manifestações de aprovação a minha gestão, pois sei que todas elas são sinceras e espontâneas. Agradeço também a atuação exemplar dos colegas magistrados cujo o comprometimento vem trazendo resultados positivos ao trabalho em defesa da cidadania e da Justiça", assinalou Guerreiro Júnior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

•Semana da Conciliação

Quem deseja buscar um acordo antecipado para questões judiciais pode agendar audiência na Semana de Conciliação do Maranhão (2 a 6 de dezembro) sem sair de casa. O agendamento é feito pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet e, ainda, na própria unidade jurisdicional (vara ou juizado) onde tramita o processo. A solicitação deve ser feita até o dia 11 de novembro. O cidadão, empresa ou instituição que optar por fazer o agendamento pela internet, deve acessar o site www.tjma.jus.br e clicar no link do "Semana de Conciliação". O interessado será direcionado para a página que contém o formulário próprio do sistema Attende, onde deverá preencher todos os dados necessários à inclusão do seu processo na pauta de julgamento.

•Anualmente

A Semana Nacional de Conciliação é realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A medida faz parte da meta de reduzir o grande estoque de processos na justiça brasileira. Na edição de 2012, os acordos atingiram o montante a marca dos R$ 10.218.010,97.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUDICIÁRIO

Desembargadores do TJMA elogiam postura de Guerreiro

Os desembargadores Jorge Rachid e José Luiz Almeida afirmaram que a humildade, senso de Justiça, tolerância e a sensatez do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, ficarão gravadas para sempre na história da Corte.

Para os dois magistrados, Guerreiro Júnior tem mantido uma postura equilibrada no exercício do cargo mostrando capacidade administrativa, liderança e respeito à magistratura maranhense.

Jorge Rachid frisou que todo líder deve deixar sua marca de competência, razão pela qual o trabalho de Guerreiro Júnior como presidente da Corte jamais será esquecida. "O senhor aprendeu a ser feliz, ser humilde, e está nos passando este bom exemplo, valorizando magistrados, servidores e assessores diretos. Líder é aquele que leva ao pódio a sua equipe", ressaltou Rachid em sessão plenária nessa quarta-feira.

Ex-corregedor-geral da Justiça e ex-presidente do TJMA, Rachid disse que Guerreiro Júnior é merecedor de todo sentimento de gratidão, de amizade e de tudo o que uma pessoa pode externar de mais positivo para outra. "Sua gestão nos deixará um legado de honradez, ética e companheirismo. É um presidente justo, correto, íntegro que ficará sempre em nossa memória", salientou.

O desembargador José Luiz Almeida ressaltou que na presidência do Tribunal, Guerreiro Júnior demonstra como poucos as qualidades de um democrata, usando uma de suas principais características, que é a humildade.

"Sua postura será sempre exaltada pela humildade, pois cumpre o seu dever, respeitando o direito dos membros do colegiado. É um homem simples, que se agiganta pela humildade e pela capacidade de saber se conduzir com equilíbrio no poder. Nem os percalços que o cargo impõe tiraram a sua cordialidade com os membros da Corte. É um exemplo de vida", afirmou Almeida.

Após as manifestações dos colegas magistrados, Guerreiro Júnior afirmou que no exercício do cargo de presidente da Corte busca servir à magistratura, ajudando o Tribunal a trabalhar unido em prol do interesse público e dos jurisdicionados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reconhecimento (1)

Os desembargadores Jorge Rachid e José Luiz Almeida afirmaram, com toda razão, que a humildade, senso de justiça, tolerância e a sensatez do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, ficarão gravadas para sempre na história da Corte, que está encerrando o seu mandato na função.

Reconhecimento (2)

Para os dois magistrados, Guerreiro Júnior tem mantido uma postura equilibrada no exercício do cargo mostrando capacidade administrativa, liderança e respeito à magistratura maranhense. Jorge Rachid frisou que todo líder deve deixar sua marca de competência. "O senhor aprendeu a ser feliz, ser humilde, e está nos passando este bom exemplo", assinalou Jorge Rachid.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria instituirá comitê para regularização fundiária

DIVULGAÇÃO

JUÍZES E REGISTRADORES que integrarão o comitê reunidos com Cleones Cunha e Alice Prazeres

Nas próximas semanas, será formalizada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão a constituição do Comitê de Registros Imobiliários. O grupo terá função consultiva e de planejamento a fim de promover regularização fundiária, atuando em projetos em todo o estado. Os dois primeiros projetos de regularização fundiária já estão definidos e serão executados nos municípios de Caxias e Passagem Franca, onde serão regularizadas as ocupações existentes nas áreas de terras da Diocese.

Para definir algumas diretrizes e discutir pontos importantes para o lançamento do projeto, os futuros integrantes do Comitê de Registros Imobiliários reuniram-se com o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, e juíza corregedora Alice Prazeres, que coordena o trabalho.

"Este é um dos projetos mais importantes da Corregedoria, pensado desde o início da gestão. Pesquisamos, participamos de eventos sobre o assunto e buscamos referência para aplicação do melhor modelo de trabalho para a regularização fundiária no estado. Será um belo trabalho", frisou o corregedor Cleones Cunha.

O Comitê de Registros Imobiliários do Maranhão será formado pelos juízes Paulo de Assis Ribeiro, titular da 2ª Vara de Caxias, que será presidente do grupo, Ticiany Palácio, titular da 2ª Vara Cível de São José de Ribamar, Jaqueline Reis Caracas, titular da 1ª Vara de Paço do Lumiar, Rafaela Saif, titular da Comarca de Raposa, e David Mourão, titular da Comarca de Passagem Franca; pelos registradores Felipe Truccolo, titular do 1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, e Ricardo Gonçalves, titular do 1º Ofício Extrajudicial de Passagem Franca; pela notária Evelise Meister, titular do 8º Tabelionato de Notas de São Luís; e pelo assessor técnico da CGJ-MA Lourival Ramos Junior.

"Para integrar o grupo de trabalho, convidamos juízes titulares de varas, que têm competência de registro público e onde o problema de irregularidades de registro de terras é mais acentuado, como nos municípios da Ilha de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, e nas comarcas de Caxias e Passagem Franca, onde a grande parte das terras é de propriedade da Diocese e estão ocupadas das mais diversas formas", explica a juíza Alice Prazeres Rodrigues, que há meses trabalha no projeto.

Segundo ela, o grupo de trabalho atuará, primeiramente, na elaboração das normas e procedimentos para a regularização fundiária, construindo o projeto que será implantado na regularização das áreas ocupadas. Elas serão identificadas e, expedido o título de domínio, será levado ao registro imobiliário para a aquisição definitiva da propriedade. "É um projeto grandioso para o Maranhão, que exigirá dos juízes e registradores o cuidado e a consciência da responsabilidade acerca do trabalho", completa Alice Prazeres.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministério Público não investiga governo, critica líder da oposição

O líder do Bloco Parlamentar de Oposição, Rubens Pereira Júnior, criticou ontem, na Assembleia Legislativa, o Ministério Público estadual por não investigar as denúncias que foram feitas contra o governo do Estado. O parlamentar disse que na esfera federal o Ministério Público vem atuando de forma firme, mas que, no Estado, o MPE vê apenas as representações feitas contra gestores da oposição. PÁGINA 3 [C1]

Líder da oposição critica Ministério Público por não investigar o governo do Estado

O líder do Bloco Parlamentar de Oposição, Rubens Pereira Júnior, criticou, ontem, na Assembleia Legislativa, o Ministério Público estadual por não investigar as denúncias que foram feitas contra o governo do Estado. O parlamentar disse que na esfera federal o Ministério Público vem atuando de forma firme, mas que, no Estado, o MPE vê apenas as representações feitas contra gestores da oposição.

"Com raras exceções, o Ministério Público do Maranhão é caolho, só olha pra um lado, só olha com um olho, e só olha pra cima da oposição. Quando é contra a oposição, é diligente, é célere, exige o cumprimento da coisa pública, mas quando é com o outro olho não vê nada, nada acontece, não sabe de nada: 'estou avaliando, estou aguardando, estou analisando", afirmou.

De acordo com o líder do BPO, são inúmeros fatos que comprovam o imobilismo do MPE quando é para investigar denúncias contra o governo do Estado, e um exemplo é a representação que todos os deputados de oposição fizeram em relação aos convênios suspeitos do governo. "Associação fantasma, empresa de fachada, obra inexistente, pagamento fora do Portal da Transparência e a representação na gaveta do Ministério Público do Maranhão. Na gaveta; não aconteceu nada com a representação", enfatizou Júnior.

O deputado disse que o que fizeram com o deputado Raimundo Cutrim, agora filiado ao PCdoB, "é um ato típico de perseguição". O líder do BPO garantiu que Cutrim estava certo e o Tribunal de Justiça assim o reconheceu. Outro caso é que a Procuradoria Geral da República, no recurso contra a expedição do diploma da governadora Roseana Sarney, "afirma, de forma categórica, que a eleição de 2010 foi viciada, mas o Ministério Público do Maranhão não fez absolutamente nada".

Segundo o deputado do PCdoB, existem inúmeros outros exemplos em que o Ministério Público do Maranhão só olha para cima da oposição, como ao não denunciar os secretários Fernando Fialho e Ricardo Murad, este que fez até dispensa de licitação de quase dois bilhões de reais, ressaltou o oposicionista.

AG. ASSEMBLEIA

LÍDER DA OPOSIÇÃO, Rubens Pereira Júnior diz que o MP é caolho

No caso mais recente, de acordo com o parlamentar, o Ministério Público deu parecer contrário à ADIN da OAB que questiona a Fundação da Memória Republicana, por instituir, com caráter de hereditariedade, cargos vitalícios para representantes do senador José Sarney, projeto aprovado na Assembleia com os votos contras da oposição. Mas a ADIN nacional, interposta pelo PPS, com o mesmo objeto tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu aval do Ministério Público Federal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça determina internação de adolescente viciado em crack

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça mantiveram a determinação da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís para que o Estado do Maranhão proceda à internação compulsória de um adolescente viciado em crack, após a mãe ter ajuizado o pedido por meio da Defensoria Pública do Estado (DPE).

O Estado deve internar o paciente durante 180 dias na Clínica São Francisco ou outra unidade de tratamento para dependentes químicos e, em sua falta, em clínica particular do Maranhão e, não havendo, de outro estado do país, sob pena de multa diária de R$ 1 mil.

No pedido em nome do filho, a mãe idosa informou que ele seria usuário de crack, prática que tornou seu comportamento agressivo e violento, chegando a furtar objetos de casa e a ameaçar familiares para conseguir dinheiro. Ela alegou não ter condições financeiras de custear o tratamento, ingressando judicialmente para que o Estado proceda à internação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ângela Salazar

A desembargadora Angela Salazar passou a integrar, desde ontem, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Na abertura da sessão, os desembargadores José Luiz Almeida (presidente) e José Bernardo Rodrigues, e a procuradora de Justiça, Regina Leite, desejaram boas-vindas à magistrada, almejando um trabalho de êxito e muito sucesso.

A desembargadora agradeceu as palavras e confirmou seu compromisso de contribuir no que for necessário e aplicar a Justiça no sentido mais amplo. Ângela Salazar substitui o desembargador aposentado, Raimundo Nonato de Souza. A 2ª Câmara Criminal se reúne todas às quintas-feiras, na sala das sessões das Câmaras Criminais, no 1º andar do prédio sede do TJ-MA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Lígia Teixeira

Historiadora, é titular da coluna "Falando com Franqueza", publicada no blog Marrapá aos domingos, e escreve para o Jornal Pequeno às sextas-feiras.

O funcionalismo reage, Roseana não recua

O governo do Estado, definitivamente, perdeu a fórmula dos gestos. Ruim gerencialmente restou sempre à burocracia estatal do Palácio dos Leões, as fórmulas diversionistas que, bem ou mal, mantinham a roda girando, especialmente no relacionamento com o funcionalismo público, fatia institucional da sociedade que sempre se manteve como uma espécie de força silenciosa.

O governo Roseana nunca foi exatamente bom para o funcionalismo público. No fim dos anos de 1990, na onda das reformas neoliberais, o então secretário de planejamento e administração, Luciano Moreira, inventou uma famigerada reforma na estrutura funcional do estado, que deixou de joelhos o corpo de servidores e gerou uma confusão administrativa cuja pá de cal na estabilidade da máquina estadual foi o PDV – Programa de Demissão Voluntária, responsável pelo fim da autoestima do servidor público estadual.

De lá para cá, uma espécie de torpor acometeu os servidores públicos estaduais, que perderam sucessivas vantagens laborais e financeiras. Impiedoso, o governo do Estado tirou dos servidores até o hospital Carlos Macieira, um dos poucos motivos de orgulho do funcionalismo.

Em 2011, após a histórica greve de policiais militares, que forçou o governo a pedir reforço da Força de Segurança Nacional, o funcionalismo público do estado começou, definitivamente, uma reação contra a insensibilidade do governo Roseana.

Profissionais com nível superior, cujas poucas vantagens salariais foram deterioradas nas reformas da Seplan, entraram com uma ação judicial para terem de volta o que lhes foi saqueado pelo governo. A ação corre no TJ. O governo resiste.

Professores da rede estadual pressionam o governo a cumprir acordos sucessivamente rompidos pela secretaria de planejamento e gestão. Em julho deste ano, uma greve partiu para o tudo ou nada na exigência de aprovação do estatuto do educador, fundamental para criar mecanismos de progressão profissional, cuja aprovação o governo protelou o quanto pode.

Policiais Militares, humilhados pela exaustão e falta de condições de trabalho, viram o governo do Estado a protelar na realização de concurso público, ao limite de permitir que o Maranhão figurasse nas estatísticas com o menor contingente de oficiais do país.

E, sem contingente suficiente para combater o crime, que se organizou nas entranhas até dos menores municípios, a Polícia Militar agora sofre baixas em seus quadros com a série de assassinatos, alguns de encomenda.

O esgarçamento nas relações entre governo e funcionalismo parece ter chegado de vez com a divulgação da estapafúrdia proposta de orçamento para 2014. Nele, o governo do Estado corta recursos em instituições fundamentais como a Caema (cujos funcionários também realizaram greve recentemente), turismo, erradicação do analfabetismo e, pasme-se, também na educação e segurança pública.

No rastro dos protestos de professores, policiais militares e outras categorias, o Poder Judiciário também reage. A Associação dos Magistrados (AMMA) ingressou com mandado de segurança contra o Projeto de Lei Orçamentária Anual, enviado pela governadora Roseana Sarney ao Poder Legislativo, que reduz ilegalmente os recursos destinados ao Poder Judiciário Maranhense.

Recentemente, para justificar o caos do sistema penitenciário no estado, o senador Sarney não teve pudores ao responsabilizar mentirosamente os juízes das Varas de Execuções Penais pelo caos no setor. Os juízes reagiram e o velho oligarca teve que recuar.

Com mais esse golpe no Judiciário e nova reação dos juízes, que lutam para não serem atropelados a exemplo de professores e policiais, a mim parece claro que os servidores públicos estaduais caminham a passos largos para o rompimento definitivo com o perseguidor governo Roseana Sarney.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargadores elogiam postura de Guerreiro Júnior na presidência do TJ

Os desembargadores Jorge Rachid e José Luiz Almeida afirmaram que a humildade, senso de Justiça, tolerância e a sensatez do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ficarão gravadas para sempre na história da Corte.

Para os dois magistrados, Guerreiro Júnior tem mantido uma postura equilibrada no exercício do cargo mostrando capacidade administrativa, liderança e respeito à magistratura maranhense.

Jorge Rachid frisou que todo líder deve deixar sua marca de competência, razão pela qual o trabalho de Guerreiro Júnior como presidente da Corte jamais será esquecida. "O senhor aprendeu a ser feliz, ser humilde, e está nos passando este bom exemplo, valorizando magistrados, servidores e assessores diretos. Líder é aquele que leva ao pódio a sua equipe", ressaltou Rachid em sessão plenária nessa quarta-feira.

Ex-corregedor-geral da Justiça e ex-presidente do TJ-MA, Rachid disse que Guerreiro Júnior é merecedor de todo sentimento de gratidão, de amizade e de tudo o que uma pessoa pode externar de mais positivo para outra. "Sua gestão nos deixará um legado de honradez, ética e companheirismo. É um presidente justo, correto, íntegro que ficará sempre em nossa memória", salientou.

O desembargador José Luiz Almeida ressaltou que na presidência do Tribunal, Guerreiro Júnior demonstra como poucos as qualidades de um democrata, usando uma de suas principais características mais aventadas pelos magistrados, que é a humildade.

"Sua postura será sempre exaltada pela humildade, pois cumpre o seu dever, respeitando o direito dos membros do colegiado. É um homem simples, que se agiganta pela humildade e pela capacidade de saber se conduzir com equilíbrio no poder. Nem os percalços que o cargo impõe tiraram a sua cordialidade com os membros da Corte. É um exemplo de vida", afirmou Almeida.

Após as manifestações dos colegas magistrados, Guerreiro Júnior afirmou que no exercício do cargo de presidente da Corte busca servir à magistratura, ajudando o Tribunal a trabalhar unido em prol do interesse público e dos jurisdicionados, mantendo sempre viva a virtude da humildade, a esfera de comunhão e de elevado espírito público, sendo transparente, aberto ao diálogo e acessível a todos.

DIVULGAÇÃO

OS DESEMBARGADORES exaltaram a humildade, senso de Justiça, tolerância e a sensatez do presidente do TJ-MA

"Administro o tribunal da forma mais harmônica possível, agregando ideias, ouvindo todos, decidindo para o bem de todos e agindo dentro da prudência. Agradeço profundamente as manifestações de aprovação à minha gestão, pois sei que todas elas são sinceras e espontâneas. Agradeço também a atuação exemplar dos colegas magistrados cujo o comprometimento vem trazendo resultados positivos ao trabalho em defesa da cidadania e da Justiça", assinalou Guerreiro Júnior.

As manifestações invocando a seriedade, dedicação, coerência, humildade de Guerreiro foram reforçadas pelos demais membros da Corte.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO Nº: 31570-02.2010.8.10.0001 (305802010)
AÇÃO: Monitória
PARTE(S) REQUERENTE(S): COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ ALVES DA SILVA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Gervasio Protásio dos Santos Júnior, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **JOSE ALVES DA SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o Nº. 004.411.043-04, atualmente em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação, e, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação, sob pena de confesso e revelia, tudo nos termos da petição inicial, anexa por cópia e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO: "Defiro a citação dos herdeiros do demandado pela via editalícia, devendo ser obedecido o art. 232 do CPC. São Luís(MA), 24 de maio de 2012."** Caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos pelo(a) requerido(a) como verdadeiros todos os fatos articulados pela requerente, "ex vi" do art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume. E que seu prazo correrá da publicação assim que decorrerem os 15 (quinze) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação.

O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Fica cientificado que esta Secretaria e Juízo funcionam na **Avenida Carlos Cunha, s/n – Calhau- 6º andar, Cep: 65076-820 São Luís-Ma, FONE:98.3194-5483** / email: seccivб_slz@tjma.jus.br. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo em 21 de agosto de 2012.Eu,_____Secretária Judicial, o fiz digitar,conferi e subscrevo.

O que se **CUMPRA** nos termos e na forma Lei. Dado e passado o presente nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos 8 de Março de 2012.

Gervasio Protásio dos Santos Júnior
Juíz de Direito da 6ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Abertas inscrições para seletivo de estágio no Tribunal de Justiça

Universitários de São Luís, Caxias, Timon, Paço do Lumiar e São José de Ribamar têm até o dia 14 de novembro para efetivarem, gratuitamente, inscrição no processo seletivo destinado ao provimento de 99 vagas de estágio remunerado para o Tribunal de Justiça. O certame é organizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Podem concorrer estudantes matriculados a partir do sétimo período do curso de Direito, e quinto período para as áreas de Ciências Contábeis e Biblioteconomia.

Os candidatos devem estar atentos aos locais e documentos necessários para realizarem as inscrições.

Nas comarcas de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar as inscrições ocorrerão na sede da Esmam - na Rua das Sucupiras, nº 27, quadra 49, Renascença. Para concorrer às vagas em Imperatriz, Caxias ou Timon, o candidato deverá realizar a inscrição nos fóruns das comarcas respectivas.

O candidato deverá ter o Formulário de Inscrição devidamente preenchido, de acordo com o modelo disponibilizado na página da Esmam, no Portal do Poder Judiciário, ou fornecido no local de inscrição; apresentar declaração comprobatória de matrícula em instituição de ensino superior; fornecer uma fotografia, tamanho 3x4, recente, com o nome completo escrito no verso; fotocópias da Carteira de Identidade e do CPF; histórico escolar, constando a informação do período em curso, bem como o coeficiente de rendimento acadêmico.

O edital completo e as informações sobre o concurso estão disponíveis no endereço www.tjma.jus.br, na página da Escola da Magistratura, na seção "processos seletivos".

Benefícios – O estagiário remunerado receberá, por mês, uma bolsa-auxílio de valor equivalente a 80% do salário-mínimo nacional, sendo-lhe assegurado recesso remunerado de 30 dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

Serão concedidos ao estagiário remunerado auxílio-alimentação, auxílio-transporte e cobertura de seguro de acidentes pessoais.

LOCAIS DE INSCRIÇÕES

São Luís
Esmam - na Rua das Sucupiras, nº 27, quadra 49, Renascença

Imperatriz
Fórum Ministro Henrique de La Rocque - Rua Rui Barbosa, s/n, Centro

Caxias
Fórum Desembargador Arthur Almada Lima - Praça Gonçalves Dias, 100

Timon
Fórum Desembargador Amarantino Ribeiro Gonçalves - Rua Dra. Elizete de Oliveira Farias, s/n, Parque Piauí

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Agendamento de audiências para a semana da conciliação vai até dia 11

Quem deseja buscar um acordo antecipado para questões judiciais pode agendar audiência na Semana de Conciliação do Maranhão (2 a 6 de dezembro) sem sair de casa. O agendamento é feito pelo Telejudiciário (0800-707-1581), internet e, ainda, na própria unidade jurisdicional (vara ou juizado) onde tramita o processo. A solicitação deve ser feita até o dia 11 de novembro.

O cidadão, empresa ou instituição que optar por fazer o agendamento pela internet, deve acessar o site www.tjma.jus.br e clicar no link do "Semana de Conciliação". O interessado será direcionado para a página que contém o formulário próprio do sistema Attende, onde deverá preencher todos os dados necessários à inclusão do seu processo na pauta de julgamento.

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação no Maranhão, explica que a medida visa facilitar a seleção de processos para a semana. "A manifestação antecipada das partes, com a pretensão de solucionar o conflito, aumenta a expectativa do alcance de acordos", diz, acrescentando que a conciliação é sempre possível e pode ser feita até mesmo nas situações em que as partes ainda não iniciaram um processo na Justiça.

A Semana Nacional de Conciliação é realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A medida faz parte da meta de reduzir o grande estoque de processos na Justiça brasileira. Na edição de 2012, os acordos atingiram o montante a marca dos R$ 10.218.010,97.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Celebração

O Tribunal de Justiça do Maranhão celebra, com solenidade, nesta segunda-feira, às 19h, no Centro de Convenções de São Luís, a passagem do aniversário de 200 anos de instalação da corte estadual. O presidente do TJ-MA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, vai dirigir a solenidade e proferir o discurso de abertura aos homenageados e demais convidados. Cerca de 700 autoridades civis, militares e religiosas, personalidades e servidores do Poder Judiciário serão homenageados durante a solenidade, com a entrega da "Medalha 200 anos", comemorativa do bicentenário. Cada desembargador do colegiado indicou cinco nomes para receber a comenda.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ-MA celebra bicentenário com entrega da "Medalha 200 Anos"

PÁGINA 9 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

TJ-MA celebra bicentenário com entrega da "Medalha 200 Anos"

O Tribunal de Justiça do Maranhão celebra, com solenidade na segunda-feira (4), às 19h, no Centro de Convenções de São Luís, a passagem do aniversário de 200 anos de instalação da corte estadual. O presidente do TJ-MA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, vai dirigir a solenidade e proferir o discurso de abertura aos homenageados e demais convidados.

Cerca de 700 autoridades civis, militares e religiosas, personalidades e servidores do Poder Judiciário serão homenageados durante a solenidade, com a entrega da "Medalha 200 anos", comemorativa do bicentenário. Cada desembargador do colegiado indicou cinco nomes para receber a comenda.

A medalha especial foi instituída em sessão administrativa do colegiado, como parte das comemorações alusivas à passagem do aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, a terceira corte de Justiça estadual mais antiga do país, ocorrida em 4 de novembro de 1813.

Exposição – Documentos históricos, livros, fotografias, documentário e peças do acervo histórico do Poder Judiciário que enfocam fatos do passado e do presente sobre a atuação do Tribunal de Justiça estarão expostos à visitação pública na entrada do auditório. O material da mostra também exibe folders, revistas e outras peças publicitárias produzidas sobre a temática dos 200 anos do TJ.

O presidente do TJ-MA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, informou que a Medalha 200 anos é "única e especial", por ter sido confeccionada, exclusivamente, para as homenagens em torno do aniversário do Tribunal.

"Autoridades importantes do Executivo, do Legislativo estadual e da Justiça serão homenageadas com a medalha, que também será entregue a servidores e pessoas simples da comunidade", destacou o presidente do TJ-MA.

A solenidade encerrará, oficialmente, a programação comemorativa do bicentenário, que foi iniciada em maio de 2012, com a instituição de uma comissão organizadora para planejar e executar as atividades do aniversário, sob a presidência do desembargador Lourival Serejo.

Dentre as atividades realizadas nos dois anos de atividade, a comissão lançou concurso público de redação para estudantes, selo e carimbo postais, ciclo de palestras da magistratura nas escolas, peças publicitárias de divulgação do bicentenário e exposição comemorativa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ITAPECURU MIRIM

Acusado de homicídio é condenado a nove anos e seis meses

O Tribunal do Júri Popular reuniu-se na quarta-feira (30), no Plenário da Câmara de Vereadores de Itapecuru Mirim para realizar o julgamento de Jaceli da Silva Mendes pelo crime de tentativa de homicídio. O acusado foi condenado à pena de nove anos e seis meses de prisão, em regime fechado, a ser cumprida na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

Os jurados acolheram a tese defendida pela promotora de Justiça Cristiane Gomes Maia Lago, de que o condenado praticou o crime de homicídio, que não se consumou apenas pelo fato de a vítima ter sido levada imediatamente ao hospital. Também foi considerado o agravante de que o crime foi praticado pelas costas, impossibilitando a defesa da vítima.

O crime ocorreu na noite de 25 de setembro de 2012, na Avenida Professor Antônio Olívio Rodrigues, Centro de Itapecuru Mirim. A vítima, Marcelino Santos, teve sequelas na coluna vertebral, precisando da ajuda de terceiros para se locomover e realizar suas atividades diárias. Como já cumpriu cerca de um ano e um mês de prisão provisória, resta ao acusado o cumprimento de oito anos, quatro meses e 25 dias de detenção.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação